

PREFEITA
NIULLY 50
VICE ALEXIS PEDRÃO
ARACAJU, CORAGEM!

Coragem
**PARA MUDAR
DE VERDADE**



**PROGRAMA
ELEIÇÕES 2024**
PSOL ARACAJU



CORAGEM



**PROGRAMA
ELEIÇÕES 2024**



Aracaju da classe trabalhadora: Uma cidade democrática, justa, sustentável e diversa!

Queridos aracajuanos e aracajuanas,

É com imensa alegria e responsabilidade que nos apresentamos a vocês como candidatos à Prefeitura de Aracaju. Sou Niully Campos, candidata a prefeita, e ao meu lado está Alexis Pedrão, candidato a vice-prefeito. Nossa candidatura nasce do compromisso profundo com a construção de uma gestão democrática, justa, diversa e sustentável, capaz de garantir Direito ao futuro para nossa gente!

Nós somos trabalhadores e vivemos os desafios de nossa cidade todos os dias. Sentimos as dores e as esperanças de cada aracajuano, de cada aracajuana. Sabemos que Aracaju está diferente, que a cidade cresceu e nossas vidas mudaram. Mas depois de mais de 20 anos dos mesmos no poder, temos que perguntar: Aracaju serve aos interesses de quem?

Está ficando mais difícil a cada dia para gente como a gente. Gente que acorda cedo para trabalhar, que precisa de moradia, alimentação adequada, creche, posto de saúde, ônibus de qualidade, segurança, cultura e lazer. Aracaju precisa de mudança de verdade, e essa mudança só será possível com independência e coragem! Independência dos grupos políticos que renovam os acordos para se manter no poder. Coragem para enfrentar quem representa a política do ódio, da corrupção e do atraso!

Se a cidade fosse nossa, nossas crianças teriam o direito de sonhar, estudar e realizar seus sonhos. As mães deixariam os filhos nas creches, o ônibus seria gratuito, os professores seriam



valorizados, estaríamos plantando árvores ao invés de derrubá-las. Quem mora na periferia teria direito de viver as belezas de Aracaju tanto quanto quem mora nos bairros ricos.

Não precisamos esperar mais 20 anos para construir a Aracaju que a gente quer. O futuro começa agora! Com ações concretas, vamos melhorar a vida das pessoas e preparar nossa cidade para as próximas gerações. Nossa visão é de uma Aracaju onde todos em voz, onde a diversidade é celebrada e onde o desenvolvimento é parceiro da sustentabilidade, com respeito ao meio ambiente, geração de emprego e renda e inclusão social.

Estamos firmemente comprometidos em construir uma cidade mais justa e acolhedora, onde cada cidadão tenha acesso a serviços públicos de qualidade. Queremos cuidar de nossa Aracaju como cuidamos dos nossos filhos. Cuidar de verdade é entender as necessidades de nossa gente e trabalhar todos os dias para que o orçamento esteja a serviço de todas as pessoas, e não de poucas empresas.

Convidamos todos vocês a conhecerem nosso plano de governo, um plano movimento que está em constante evolução e pode ser melhorado com sua participação. Queremos ouvir suas ideias, sugestões e críticas para juntos construirmos a Aracaju dos nossos sonhos. Coragem Aracaju! Coragem para MUDAR DE VERDADE!

Com amor e esperança,

Niully Campos e Alexis Pedrão



**PROGRAMA
ELEIÇÕES 2024**



EIXOS MOBILIZADORES

CONHEÇA
OS EIXOS
DO NOSSO
PROGRAMA,
**Para cuidar de
aracaju e garantir
o direito ao futuro:**



Coragem
**PARA MUDAR
DE VERDADE**



EIXOS MOBILIZADORES

Aracaju democrática:

As eleições municipais de 2024 ocorrem num contexto de tentativa de reconstrução do Brasil após um golpe e quatro anos de um governo de viés neofascista que foi derrotado nas urnas em 2022. O período de retrocesso enfrentado pelo país combinou valores extremamente conservadores com uma política que institucionalizou o estímulo à violência, ao ódio e às armas, a leniência com organizações milicianas, o descrédito da ciência, as violações aos direitos humanos, o desmonte de políticas públicas, o ataque a direitos sociais e o desrespeito a bases democráticas que foram possíveis ser construídas com muita luta ao longo da nossa história. O resultado eleitoral de 2022 foi muito importante e representou uma inflexão na implementação desse projeto autoritário. No entanto, os defensores dessa concepção seguem articulados e disputando essas pautas na sociedade, tornando ainda essencial a disputa da agenda democrática.

O PSOL cumpriu papel relevante contra o retrocesso e o autoritarismo. O partido, sua militância, suas candidaturas seguirão a serviço dessa luta em sua atuação cotidiana e no processo eleitoral deste ano, exigindo a responsabilização dos que atuaram para desestabilizar o regime democrático. Para o PSOL a democracia deve ser pensada também a partir das perspectivas de inclusão e participação popular. Ou seja, a democratização do Estado passa pelo acesso a direitos e a poderes decisórios, constituída, portanto, das dimensões políticas, sociais e econômicas.



EIXOS MOBILIZADORES

Aracaju democrática:

Não é possível conceber uma noção de democracia em que o Estado seja reprodutor de uma lógica de privilegiar e gerenciar os interesses de pequenos grupos em detrimento dos interesses da maioria da população. A universalização do acesso a bens e serviços do Estado, bem como as políticas de reparação, é condição indispensável para uma sociedade efetivamente inclusiva.

Isso pressupõe um deslocamento de olhar. Não se trata do “fazer para”, mas do “fazer com”. O PSOL entende que as pessoas precisam estar envolvidas no planejamento das políticas que irão afetar diretamente a sua vida, respeitando as representações étnicas e raciais, as identidades de gênero, orientações sexuais, as religiões, as diversidades e especificidades territoriais, valorizando as trajetórias e saberes do povo trabalhador.

A consolidação desses marcos democráticos evoca uma agenda de transparência e participação popular, com aprofundamento das políticas de acesso à informação, com a criação e fortalecimento de conselhos, desburocratização da possibilidade de leis de iniciativa popular, acesso à contabilidade de empresas públicas e prestadoras de serviço, amplos debates públicos sobre orçamento e planejamento nos municípios. A essas medidas, soma-se a defesa de composição em governos que respeitem a diversidade do nosso povo e garantam gestões representativas.



EIXOS MOBILIZADORES

Aracaju justa: Políticas públicas de combate às desigualdades sociais!

O PSOL tem um firme compromisso com a superação das desigualdades sociais e econômicas que estruturam a sociedade brasileira. Isso se manifesta nas lutas que travamos historicamente contra a retirada de direitos sociais, a precarização e a destruição de políticas públicas.

Os dados mais recentes do IBGE – divulgados em dezembro de 2023 e analisando o ano de 2022 – apontaram que 31,6% dos brasileiros viviam na pobreza e 5,9% na extrema-pobreza. O IBGE apontou também que quatro a cada dez brasileiros de 25 a 64 anos não concluíram a educação básica e que um a cada cinco jovens de 15 a 29 anos não estavam nem trabalhando e nem estudando até o final de 2022, o que equivale a 11 milhões de brasileiros e brasileiras. A pobreza e a extrema pobreza têm cor e gênero: atingem sobretudo mulheres negras, chefas de família monoparental e com filhos menores de 14 anos.

Nos governos Temer e Bolsonaro diversas políticas públicas foram desmanteladas ou desestruturadas pela restrição orçamentária imposta pelo teto de gastos e por mudanças legais e infralegais que se somaram aos impactos da pandemia da COVID-19, gerando uma situação social e econômica devastadora e levando mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras à insegurança alimentar.

A situação só não foi pior dada a batalha travada pelo PSOL e outros partidos do campo progressista pelo Auxílio Emergencial



EIXOS MOBILIZADORES

Aracaju justa: Políticas públicas de combate às desigualdades sociais!

de R\$ 600,00 para a população mais vulnerável e de R\$1.200,00 para mulheres chefas de família monoparental, política que Bolsonaro foi contra e depois instrumentalizou para tentar reeleger-se. Em 2023 a manutenção, reestruturação e ampliação das políticas de transferência de renda, associada a redução do desemprego, melhorou os indicadores sociais no primeiro ano do novo Governo Lula, mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

O desenvolvimento de políticas públicas de combate à desigualdade exige atuação articulada entre as três esferas de governo (municipal, estadual e federal). Para o PSOL, isso deve ser prioridade nas eleições de 2024, e significa garantir ampliação do acesso à saúde pública, melhorias dos indicadores de acesso e permanência na educação infantil e fundamental e, mesmo considerando os limites que as prefeituras têm, geração de emprego e renda.

Nosso partido defende amplo diálogo com os servidores públicos visando melhorar suas condições de trabalho e, ao mesmo tempo, a eficiência do serviço prestado à população. Com ousadia, criatividade e compromisso com o meio ambiente, queremos desenvolver iniciativas que estimulem e organizem atividades produtivas e comerciais dos setores populares, focando nas regiões onde os índices de vulnerabilidade social são mais elevados.



EIXOS MOBILIZADORES

Aracaju sustentável:

Há tempos o PSOL tem chamado à atenção para o tema ambiental, para a emergência climática e para a necessidade de um modelo de transição ecológica. Cada vez mais, a crise sistema de desenvolvimento econômico e social tem apresentado grandes impactos na vida da população.

Nas camadas médias da população, o debate ambiental tomou mais corpo pelas altas mudanças de temperaturas que estamos vivendo, onde, no Brasil, passamos pelo janeiro mais quente do ano, e que no fim do ano passado, a partir da negligência de uma empresa de eventos, causou a morte de uma adolescente negra em um show.

No entanto, os impactos mais contundentes se expressam nas periferias dos centros urbanos, onde a população é mais vulnerável quanto às políticas públicas, promovendo o racismo ambiental. São inúmeras enchentes, alagamentos, deslizamentos de áreas de encostas onde a população perde tudo que conquistou ao longo da vida a tanto custo. Esta parte da sociedade mais atingida tem rosto, cor e CEP. São, em sua maioria, mulheres e população negra periférica. O que chamam de catástrofes naturais, na realidade é resultado de um modelo econômico predatório que pune a população mais pobre.

Por essas razões, o discurso hegemônico sobre as mudanças climáticas e as soluções propostas pelo capitalismo verde só ampliam o problema. O que o capitalismo verde propõe não é um freio ético, mas um ponto de retorno do projeto do capitalismo



EIXOS MOBILIZADORES

Aracaju sustentável:

moderno; aposta que o mercado poderá encontrar soluções que possibilitem ter na preservação uma fonte de riqueza maior que a destruição, escondendo que isso passa pela ampliação da financeirização da natureza, do controle oligopolista sobre os recursos naturais, pela concentração latifundiária da terra, o fortalecimento do agronegócio como monocultura e uma transição que inclui apenas uma minoria.

A investida financeira com falsas soluções climáticas é uma tentativa de abrir uma nova frente de acumulação, criando mercados de “compensação”, como o baseado no carbono, que pode ter seus créditos negociados em bolsas de valores. Até mesmo os serviços ambientais são mercantilizados, promovendo uma lógica que não compensa os atuais modelos e padrões de produção.

Por isso, o PSOL tem debatido na perspectiva de reflexões e soluções sobre diferentes questões consideradas centrais no nosso país e que devem ser articuladas, como os desafios agrários, alimentares, ambientais, climáticos, sociais, econômicos e sanitários. Entre os caminhos alternativos está o da agroecologia. Em 2019, a Articulação Nacional da Agroecologia identificou mais de 950 iniciativas, sendo que mais de 700 recebiam apoio municipal. Importante também é o incentivo a mercados de curta distância para produtos agroecológicos, incluindo feiras onde o envolvimento municipal é crucial tanto na logística quanto no apoio à organização dos agricultores.

A compra pública de alimentos por programas como o PAA e



Aracaju sustentável:

o PNAE representa outra iniciativa significativa, com algumas cidades garantindo a inclusão de alimentos orgânicos ou agroecológicos na alimentação escolar.

Outras ações também se demonstram fundamentais para assegurar uma cidade mais sustentável: a gestão dos recursos naturais, com proteção dos mananciais, reuso da água, e energias renováveis; o investimento na destinação correta de resíduos sólidos, com políticas sobre reciclagem e compostagem que promovam a gestão sustentável de resíduos; meios de transporte limpo; investimento em saneamento básico e em áreas verdes.



Aracaju diversa: Direitos humanos e combate às opressões

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) tem se destacado na defesa dos direitos humanos através de ações e posicionamentos que refletem um compromisso com a igualdade, inclusão e transformação social. O partido é reconhecido pelo enfrentamento ao racismo, pelas campanhas de educação e combate à violência contra as mulheres, pela defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, da liberdade religiosa, pelo combate ao encarceramento em massa, entre tantas outras políticas que se refletem nas potentes bancadas parlamentares que expressam a diversidade e os rostos do povo brasileiro.

Num contexto de ameaça da extrema direita, a defesa e o fortalecimento de políticas públicas de direitos humanos são essenciais para promover e proteger os direitos fundamentais de todas as pessoas, principalmente dos e das mais vulneráveis, respeitando os conceitos de universalidade, interdependência, complementaridade e a inviolabilidade. A não garantia dessas políticas tem como consequência a violação de direitos, aumento de violências, opressões e ameaças à vida.

Direitos Humanos são direitos protegidos por mecanismos internacionais, através de declarações ou tratados celebrados entre Estados com o propósito de proteger direitos, podendo estar em esferas globais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), ou regionais, como o Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos.

No Brasil, a Constituição de 1988 foi um passo muito importante



Aracaju diversa: Direitos humanos e combate às opressões

na consolidação de direitos humanos e direitos fundamentais. Atualmente, as políticas de Direitos Humanos seguem diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que apontam para o enfrentamento de problemas estruturais da sociedade contemporânea, como a interação democrática entre Estado e sociedade civil, a universalização de direitos em um contexto de desigualdades, a cultura e educação em direitos humanos, o direito à memória e à verdade e a necessidade de políticas que promovam a segurança pública, o acesso à Justiça e o combate à violência.

A coordenação e implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos é de responsabilidade do Poder Executivo, compartilhada entre União, Estados e Municípios, tanto no desenvolvimento de políticas públicas, como na criação de espaços de controle social e participação popular. Entretanto grande parte dos municípios brasileiros tem fugido de suas responsabilidades, seja na execução das ações e/ou na cobrança aos demais entes federativos.

Os casos de violência contra mulher, exploração de crianças e adolescentes, genocídio da juventude negra e as vítimas da guerra às drogas, a intolerância religiosa, racismo, LGBTQIfobia, capacitismo, xenofobia, gordofobia, etarismo, são algumas manifestações violentas que o PSOL combate, apostando em ações afirmativas e educativas que promovam o respeito, a diversidade, a inclusão e a cultura de paz. De modo que o acesso à



EIXOS MOBILIZADORES

Aracaju diversa: Direitos humanos e combate às opressões

justiça e promoção dos direitos humanos, em especial de grupos invisibilizados e violentados historicamente, como mulheres, LGBTQIA+, negras e negros, indígenas, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência são pautas inegociáveis nos programas do PSOL.

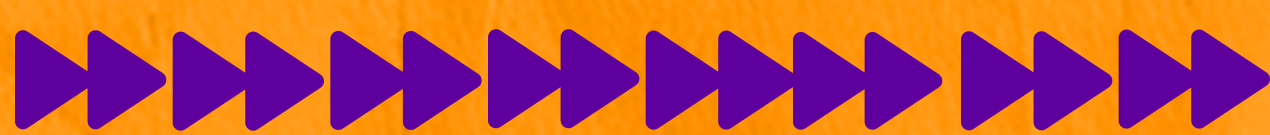
O partido de Marielle Franco e Gil Porto deve seguir sendo protagonista da defesa dos direitos humanos com a cara da luta feminista, antirracista, antilgbtfóbica, antifascista, anticapacitista, popular e ecossocialista.

**PROGRAMA
ELEIÇÕES 2024**



PROPOSTAS PARA ARACAJU

**50 PROPOSTAS
PARA UMA ARACAJU
DA CLASSE
TRABALHADORA:
MAIS
DEMOCRÁTICA,
JUSTA, DIVERSA
& SUSTENTÁVEL**



Coragem

**PARA MUDAR
DE VERDADE**



EMPREGO E RENDA

1] Frente de obras públicas com foco na moradia popular; restaurantes populares e lavanderias públicas; Criar e ampliar programas específicos de Geração de Trabalho e Renda, destacando os modelos numa perspectiva da Economia Solidária; Garantir o direito ao trabalho àqueles que hoje são perseguidos como os trabalhadores da economia informal, regularizando os ambulantes; Fortalecimento do comércio local por bairro, em especial para a comercialização da agricultura orgânica, artesanato, roupas e calçados; Valorização e reconhecimento do trabalho das feiras livres de Aracaju com a melhoria de infra-estrutura garantindo um melhor atendimento de qualidade aos comerciantes e aos compradores. Incentivar a produção orgânica com agricultura urbana e fortalecimento de cooperativas de produtores; Valorização dos mercados tradicionais como espaços de acolhimento dos produtores, comerciantes e compradores. Garantir uma reordenação do mercado ambulante com condições de acesso e infra-estrutura digna aos comerciantes;

2] Redução da jornada de trabalho de todos os servidores públicos municipais para 30h semanais, sem a redução de salários e direitos trabalhistas. A redução da jornada garante a contratação de mais trabalhadores através de concurso público. Ampliação e criação de políticas de ações afirmativas em serviços públicos, com reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e com deficiência;

3] Realizar ações de capacitação e qualificação para mulheres



EMPREGO E RENDA

e jovens negras(os) para geração de trabalho; Promover a valorização do trabalho de mulheres negras realizando campanhas de combate ao racismo no mercado de trabalho; Mapear as profissões e ocupações que mais concentram mulheres em Aracaju e construir propostas educacionais e profissionalizantes para as mulheres (uso mais eficiente da FUNDAT por meio de programa de empregos diretos em empresas); Subsídios de incentivo à economia negra e de mulheres de baixa renda; Criar programas de emprego e renda para as pessoas com deficiência, além de garantir a prioridade de vagas nos concursos públicos com garantias justas de avaliação das suas condições de trabalho, contando com o acompanhamento de equipe multidisciplinar.

4] Internet e tecnologia: programas de inclusão digital da população aracajuana; fomento de startups de tecnologia em regiões periféricas por meio de encubadoras de negócios do município, priorizando negócios de mulheres, pessoas negras e deficientes. Internet banda larga em todos os bairros; Criar a comunicação inclusiva, não só nas escolas, mas em todas as políticas públicas no município (libras, braile, áudio descrição);

5] Importante também reconhecer o valor turístico da cidade e a necessidade de redimensionar os ganhos do turismo para os que de fato produzem cultura e a economia. Desenvolver políticas de acesso dos turistas aos diversos pontos da cidade para adquirir produtos oriundos do trabalho do aracajuano e sergipano; Fortalecimento do turismo de base comunitária



EMPREGO E RENDA

envolvendo os moradores dos bairros para o fortalecimento da economia dos trabalhadores e não apenas do grande setor hoteleiro; Abrir concursos públicos para manter o turismo fortalecido enquanto política pública.

6] Defesa das empresas públicas. Basta de privatização! Defesa da DESO e a água como direito humano básico e essencial. Defesa da Petrobrás pública e os empregos, garantindo a riqueza produzida para a classe trabalhadora, frisando que devemos abrir caminho para a discussão da mudança de matriz energética, que a Petrobrás possa encabeçar, enquanto empresa pública e estatal sob o controle dos trabalhadores, a proposta de produção de renováveis. Controle social público das empresas municipais Essas empresas deverão ser submetidas ao controle social dos conselhos comunitários e deverão ter suas diretorias eleitas e revogáveis a qualquer momento, bem como seus planos de gestão discutidos e aprovados publicamente em reuniões deliberativas compostas por delegados eleitos dentre os trabalhadores do seu quadro funcional e membros das comunidades.



DESENVOLVIMENTO URBANO:
Plano diretor, meio ambiente, moradia e mobilidade.

Dentro do modelo de cidade voltado para os grandes grupos econômicos não há espaço para pensar o planejamento urbano e a pauta ambiental. A poluição dos rios, a falta de saneamento básico para a maioria da população, a ausência de uma política eficiente de coleta de lixo, são problemas constantes. A criação da Secretaria de Meio Ambiente, apesar de ser uma pauta histórica, na prática não tem impedido a política de expansão com base nos grandes empreendimentos, deixando em segundo plano a defesa ambiental. A cidade segue a lógica dos condomínios fechados criando um espaço urbano ainda mais segregado e o problema da moradia se agrava. Alta dos aluguéis, condições precárias de habitação, ocupações urbanas e mesmo nas ruas é visível a necessidade de se repensar o crescimento da cidade de acordo com as demandas mais básicas da população. A alta dos preços dos imóveis e dos alugueis por conta da especulação imobiliária tem gerado uma exclusão de parte da população trabalhadora que não tem acesso à moradia digna. A cidade de Aracaju ainda não possui um plano diretor atualizado que regule essas questões. Nesse sentido, são justas as ocupações urbanas que lutam pelo direito de um teto para centenas de famílias. Por isso não podemos defender a política de despejos e de violência contra as comunidades que já se encontram em situação de vulnerabilidade. Defendemos a regularização de título de áreas de ocupação, além de programa permanente de construção de moradia popular!

7] Defesa do horizonte ecossocialista, do meio ambiente



DESENVOLVIMENTO URBANO:
Plano diretor, meio ambiente, moradia e mobilidade.

natural, do patrimônio histórico-cultural e do bem viver. Combater o Racismo Ambiental e a toda e qualquer forma de discriminação e injustiça socioambiental; Fortalecimento do órgão municipal ambiental através de concursos. Integrar as vigilâncias ambiental, epidemiológica e sanitária. Elaboração do plano diretor com ampla participação popular como forma de planejar um crescimento ordenado da cidade e colocar um freio no processo de especulação imobiliária e devastação ambiental das construtoras; Planejamento habitacional com preservação das áreas de mananciais e áreas verdes; Construir alternativas habitacionais para que famílias não construam suas moradias em áreas de risco; Plano diretor que envolva uma preocupação central com saneamento básico e acessibilidade. É urgente a elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento às mudanças climáticas!

8] Água como direito fundamental: proibição de cortes e redução da pressão do fluxo de água fornecida às periferias; Estabelecer a política municipal de preservação das bacias hidrográficas, rios, cursos d'água, lagos e aquíferos, preservando o potencial hídrico de Aracaju; Pavimentação drenante/permeável em áreas vulneráveis a alagamentos; Criação de programa de coleta e uso de águas pluviais que contemple edifícios públicos e privados; Ampliar da utilização da água de reuso para fins não potáveis (limpeza urbana, rega de parques/jardins e sanitários); Manutenção constante na rede de água visando reduzir as perdas na tubulação; Criação de comitês populares de recursos



DESENVOLVIMENTO URBANO:
Plano diretor, meio ambiente, moradia e mobilidade.

hídricos e saneamento municipal. Preservação do Rio Vaza-Barris, único rio de água limpa do município!

9] Universalizar o tratamento de esgotos em todo município, com gestão pública e sem terceirizações. Incentivar o uso de tecnologias alternativas para a geração de energia com baixo impacto ambiental negativo; Instalação progressiva de painéis solares nos edifícios municipais (administração, escolas, postos de saúde, etc.). Precisamos elaborar plano de desenvolvimento e recuperação do meio-ambiente, que inclua recomposição da cobertura vegetal, recuperação de lagoas, manguezais e das praias;

10] Definição e implantação de políticas florestais que contemplem as áreas de preservação permanente, a reposição de reservas florestais legais e programas de reservas extrativistas, incentivando o plantio de essências nativas nas unidades de conservação e na restauração das matas ciliares; Criação de programas de formação continuada em agroecologia, permacultura e sistemas agroflorestais; Fomento às hortas urbanas, à permacultura, agricultura orgânica, agroecologia e sistemas agroflorestais; Criação de novos parques e projetos de arborização nativa; Estabelecer programas de arborização que respeitem o mínimo sugerido pela OMS de uma árvore por habitante. Realizar pesquisas junto às universidades e comunidades pesqueiras para construir um relatório do panorama socioeconômico dos homens e mulheres que se



50 PROPOSTAS PARA ARACAJU

**DESENVOLVIMENTO URBANO:
Plano diretor, meio ambiente, moradia e mobilidade.**

vinculam ao trabalho da pesca, identificando suas necessidades e construindo soluções; Fortalecer e apoiar os povos indígenas, quilombolas e tradicionais que vivem no município;

11] Dar prioridade a uma política de reciclagem de lixo, com tecnologia apropriada; Implantar a coleta seletiva de lixo em todos os bairros com a participação, a colaboração e o fortalecimento de grupos (associações e cooperativas) de catadores de material reciclável; Criação de coleta pública em três etapas: i) lixo reciclável, destinado às cooperativas de reciclagem; ii) material passível de compostagem, destinado a composteiras públicas, que gerem insumos para os produtores indicados no item anterior; iii) material orgânico não passível de compostagem; Promover a fiscalização das empresas privadas responsáveis pela coleta; Propor uma política de separação, reciclagem, compostagem e destinação final adequada dos resíduos sólidos como alternativa ao uso de fertilizantes químicos em parceria com a Universidade Federal de Sergipe e o Instituto Federal de Sergipe; Implantação dos planos de gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde; Fazer cumprir e aperfeiçoar a legislação de obras para que contemple a proteção ambiental; Estabelecer o cumprimento da legislação ambiental no que se refere à elaboração do EIA/RIMA antes de liberar a implantação de indústrias, loteamentos, gasodutos, usinas termoelétricas e outras atividades que possam trazer riscos e danos à saúde da população e ao meio ambiente; Trabalhar em conjunto com os



DESENVOLVIMENTO URBANO:
Plano diretor, meio ambiente, moradia e mobilidade.

sindicatos para a fiscalização de trabalho na indústria;

12] Criar mecanismos para garantir a mais ampla socialização das informações sobre meio ambiente, como as exigências técnicas para o tratamento da água, do lixo, dos esgotos domésticos e dejetos industriais; Punição as empresas e indústrias poluidoras do meio ambiente; Tornar transparente todo o processo de licenciamento ambiental do município, para se garantir o controle popular. Plebiscitar as grandes obras públicas e privadas que possam causar significativos impactos sociais e ambientais; Estimular o desenvolvimento de campanhas educativas promovendo uma educação socioambiental crítica e emancipadora que levem à mudança de comportamento em relação ao consumo, geração de resíduos, combate ao desperdício e preservação ambiental;

13] Propor medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, tais como o incentivo e apoio às matrizes de energia renováveis, em especial, a solar, que pode ser utilizada tanto para os equipamentos públicos como para habitação popular; Propor medidas de melhoria da qualidade do ar e diminuição da emissão de gás carbônico; Realizar um programa vigoroso de arborização na cidade. Evitar, sempre que possível, ao máximo, a supressão de árvores em projetos públicos e privados; Reforçar a EMSURB, inclusive no que diz respeito às ações de reflorestamento etc.; Ampliar e conservar parques e jardins; Garantir a paridade



DESENVOLVIMENTO URBANO:
Plano diretor, meio ambiente, moradia e mobilidade.

governo-sociedade civil nos órgãos colegiados municipais, aí incluídos os conselhos de meio ambiente e de unidades de conservação;

14] Oferecer apoio organizativo às associações de defesa dos direitos animais. Pensar a proteção animal acolhendo as mulheres da proteção que vivem nas periferias, que são maioria; prestação de atendimento psicológico a mulheres protetoras de animais; aumentar a política de castração de animais domésticos; Construção de hospital público veterinário e unidades de atendimento veterinário; capacitação da GM para trabalhar na prevenção a crimes contra animais; Construção de abrigo municipal para animais; realização de campanhas de adoção de animais.

15] Criação do Programa Habitacional “Casa Para o Povo” e de regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Doação imediata do terreno para as famílias da ocupação Centro Administrativo!; Construção de novas unidades habitacionais para famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, determinando que os contratos e registros sejam formalizados, preferencialmente, em nome da mulher.;Articulação dos programas habitacionais e de implantação de infra-estrutura com uma política de geração de emprego e renda; As construções realizadas devem ser feitas, prioritariamente, com mão de obra da própria comunidade.



DESENVOLVIMENTO URBANO:
Plano diretor, meio ambiente, moradia e mobilidade.

16] Aplicação do Estatuto das Cidades, especialmente dos seus dispositivos de: gestão democrática e participação popular na formulação das políticas urbanas; Taxação progressiva do IPTU; Manutenção de cadastro atualizado de terras e imóveis ociosos, garantindo acesso democrático às informações; Programa de desapropriação de imóveis que não cumprem função social; Utilização de imóveis ociosos para moradia; Regularização fundiária e obras de infraestrutura nas áreas residenciais oriundas de ocupações pelas parcelas mais precarizadas da população trabalhadora e políticas urbanas de recuperação do meio ambiente degradado e garantia de sustentabilidade. Progressividade na cobrança dos impostos municipais. Estes incidem sobre a propriedade de imóvel predial ou territorial urbano, sobre a prestação de serviços e sobre a transmissão onerosa de bens imóveis. Na cobrança do IPTU pode se estabelecer um sistema que estabeleça uma alíquota bem baixa para a moradia popular que vá progredindo até as cobranças mais elevadas para os terrenos urbanos que são propriedades de grandes empresas, construtoras e imobiliárias.

b) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN): A progressividade aqui se estabeleceria numa taxa simbólica para os trabalhadores autônomos de baixa renda até as cobranças mais elevadas a prestadoras de serviços privados.

c) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI): A cobrança incide sobre o valor venal do imóvel (valor de mercado), ou seja, tem a mesma base de incidência do IPTU. A rigor, o ITBI seguiria a mesma regra básica da progressividade do IPTU. O orçamento



DESENVOLVIMENTO URBANO:
Plano diretor, meio ambiente, moradia e mobilidade.

deve ser colaborativo e planejado em todas as duas fases, inclusive execução e com incentivo à participação popular por meio das mídias.

17] Defesa dos nossos manguezais! Defesa da Reserva Extrativista da Mangaba! Desenvolvimento da Zona de Expansão a partir das demandas da população e respeito ao meio ambiente. As construtoras e a prefeitura não podem decidir o futuro dessa região de forma arbitrária e impositiva, como nos casos da mudança de organização dos bairros e na realização da macrodrenagem. É preciso respeito ao meio ambiente e as comunidades pesqueiras tradicionais que vivem na região.

18] A Mobilidade Urbana tem sido um dos principais temas nos últimos anos. Precisamos pensar a mobilidade para pedestres, ciclistas, motoristas e inclusive pensar seriamente a possibilidade de utilização de outros modais como o transporte fluvial. Para isso é preciso colocar a mobilidade a serviço das necessidades da população e não ao atendimento dos grupos empresariais que monopolizam o transporte coletivo. Revogação da política de subsídio para as empresas privadas de transporte coletivo urbano intermunicipal. O dinheiro da população não pode estar a disposição de empresários que desrespeitam os direitos básicos da população com ônibus de péssima qualidade e negação dos direitos trabalhistas aos/às rodoviários/as; Defendemos Tarifa Zero a partir da criação de uma EPMT – Empresa Pública Municipal de Transporte, a municipalização



DESENVOLVIMENTO URBANO:
Plano diretor, meio ambiente, moradia e mobilidade.

do transporte público com controle popular; Circulação dos ônibus 24h; Concurso público e plano de carreira e salários; Redução da jornada de trabalho sem redução de salário para os motoristas, cobradores e fiscais; Regulamentação dos moto taxistas e taxistas alternativos; Campanhas Educativas contra o assédio, machismo e LGBTFobia dentro do sistema de transporte coletivo, bem como combate ao racismo, que tem se expressado na violência contra jovens negros que não possuem dinheiro para pagar a passagem de ônibus; Plebiscito e Consultas populares sobre os grandes temas como aumento da passagem de ônibus. Buscar um processo de descarbonização para utilização de outras fontes.

19] Apoio ao modal cicloviário; criar, manter e ampliar ciclovias, ciclofaixas e faixas compartilhadas; Investimento em ciclovias, sinalização e campanhas educativas sobre a importância econômica e ambiental do uso da bicicleta. Diálogo com trabalhadores de aplicativos para construção de pontos de apoio em defesa dos direitos desses trabalhadores; Mapeamento de carroceiros na cidade e de número de animais de tração; oferecimento de cursos de alfabetização e de cursos profissionalizantes/técnicos a carroceiros; convênio com empresas para empregos formais a carroceiros; implantação de benefício assistencial aos carroceiros que se matricularem nos cursos profissionalizantes; controle populacional de número de cavalos; autoescola para carroceiros; criação do projeto cavalo de lata com fornecimento de motos e/ou bicicletas com



DESENVOLVIMENTO URBANO:
Plano diretor, meio ambiente, moradia e mobilidade.

carrocinha adaptadas para carroceiros; palestras educacionais sobre violência contra animais.

20] Uma cidade da classe trabalhadora não pode ignorar a realidade e demandas das pessoas com deficiência. Política inclusivas são necessárias e urgentes. Promover uma cidade com mais acessibilidade, mais transporte público adaptado circulando pela cidade; transporte público escolar adaptado para as crianças e adolescentes com seus acompanhantes; acessibilidade segura nas ruas do centro da cidade e nos bairros, garantido o direito de ir e vir.



50 PROPOSTAS PARA ARACAJU

CULTURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Para nós a cultura deve ser instrumento de libertação e não de reprodução das desigualdades e da exploração. Por isso participamos e apoiamos as ocupações culturais que ocorreram na cidade na última década como o Sarau De Baixo, Ensaio Aberto, Sarau de quebrada, Rodas de Rima, Ocupação do IPHAN/Minc, etc. Essas ocupações culturais em toda a cidade questiona de frente a política de editais e megaeventos. A arte e a cultura na cidade de Aracaju, tem sido negligenciada e privatizada. Os espaços públicos sem manutenção e subutilizados. Há uma concentração da produção e reprodução da cultura no centro e zonas sul da cidade, enquanto as periferias tem uma rica produção da arte e da cultura e, são invisibilizados. Trabalhadores da cultura e artistas são historicamente desrespeitados e tem por isso, o seu trabalho negado. A cultura não tem prioridade no governo municipal, muito menos os seus trabalhadores. Diante do descaso e ausência do poder público no fortalecimento da cultura e da arte no município propomos:

21] Estruturar o Sistema Municipal de Cultura com garantia e regulamentação do orçamento para a pasta, regulamentando o Fundo Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Cultura; Fortalecer o Conselho de Cultura revogando a lei atual para acrescentar vagas no referido Conselho de representação da Música e do Audiovisual entre outras alterações que garantam melhor democratização; Implementar o Projeto de Lei de Incentivo à Cultura; Reformular e profissionalizar a FUNCAJU como órgão da futura Secretaria de Cultura; Valorizar os servidores efetivos, Realizar a contratação de servidores por meio



50 PROPOSTAS PARA ARACAJU

CULTURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

de concursos públicos para o desenvolvimento das políticas culturais, em substituição aos CC's; Democratizar e Ampliar o Acesso à Cultura em Aracaju por meio do desenvolvimento de políticas afirmativas nos Editais de Cultura (ex: cotas raciais, diversidade e paridade nas comissões de avaliação) Apoio e fortalecimento das ocupações culturais nos espaços públicos da cidade (ex: Batalhas de rima, blocos de carnaval, saraus, caminhada pra oxala, parada LGBTQI+); Fortalecer a participação popular, coletivos e entidades representativas na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de arte e cultura para a cidade; Garantir a formação e capacitação permanente na área da cultura, especialmente nos bairros periféricos, utilizando para isso, dos aparelhos culturais como a Escola Valdice Teles e o NPD. Ampliar o investimento e estruturar a Escola Valdice Teles, NPD Centro cultural de Aracaju. Construir um calendário anual de todas as atividades artísticas e culturais da cidade de Aracaju em diálogo com o Conselho Municipal, grupos e fóruns;

22] Fomentar e apoiar a ocupação das praças da cidade com ações culturais interligadas com a saúde e educação em todos os bairros. Construir barracões culturais, teatros, praças, quadras, museus públicos para a participação dos jovens em todos os bairros de Aracaju, com especial atenção para os bairros da periferia. Transformar o Parque da Sementeira em um grande centro cultural; Realizar festivais de música, dança, artes plásticas e outras manifestações culturais; Lutar pela criação bem como apoiar emissoras de rádio e TV comunitárias



CULTURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

que sejam voltadas para a promoção da cultura;

23] Estabelecer política de preservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico da cidade; Discutir projetos de revitalização do centro da cidade; Resgatar o acervo histórico (mapas, documentos, livros esgotados, prédios, etc.) da cidade, para o enriquecimento da memória coletiva, e um melhor entendimento de nossa história sob o ponto de vista das classes populares; Regulamentar a educação patrimonial como política municipal nas escolas e espaços públicos; Assegurar ações de enfrentamento ao racismo religioso e às violações do direito de culto e crença contra as religiões de matriz africana; Propor a retirada de todos os órgãos do executivo e legislativo símbolos de qualquer religião, considerando a laicidade do estado brasileiro; Realizar formações com mestras(es), comunidades indígenas, quilombolas e de terreiro sobre editais de cultura; Fortalecer e melhor aproveitar os Aparelhos Culturais com a preservação física dos espaços e o desenvolvimento de projetos junto às comunidades, grupos de artistas e de cultura, fóruns, dentre outros. Propor a ocupação de imóveis ociosos por associações e grupos culturais.



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os recursos destinados do SUAS devem ser aplicados para proteger e contribuir com os que hoje dependem dos cuidados da assistência, como crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência devem ser respeitados.

24] Fortalecimento da atuação social nos territórios de pobreza e extrema pobreza; elaboração de orientação para que sejam identificados e prontamente atendidos os casos emergenciais de violência em todas rede de serviços essenciais; Políticas de abrigo e moradia para a população em situação de rua; Participação direta da população na definição da política social para ampliar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculo familiar articulando com a política de educação, saúde e trabalho; Fortalecer a política de adesão de acolhimento familiar de crianças e adolescentes; desenvolver políticas para idosos articuladas com as políticas de saúde, educação, cultura e trabalho;

25] Garantir condições de trabalho e concurso públicos para os trabalhadores da área da assistência social; garantir condições de atendimento nos CRAS com articulação das demais políticas sociais; Aumentar número de educadores e recreadores nos CRAS, bem como de profissionais para atender crianças com necessidades especiais; Fortalecer os órgãos municipais que compõem a rede de proteção à criança; Estruturar em caráter de urgência uma rede de apoio às pessoas com deficiência, vítimas de violência doméstica ou institucional como as equipes dos CRAS, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, Equipes



ASSISTÊNCIA SOCIAL

de Saúde; Garantir prioridade no atendimento às pessoas com deficiência e seus genitores, ou responsáveis diretos em todas as ações públicas (saúde, obras de infra-estrutura; moradia, educação, cultura, lazer, dentre outros); Garantir uma renda básica para todas as mães/pais que possuem filhos/filhas com deficiência, sem condicionantes;

26] Promover educação permanente, capacitar profissionais dos serviços públicos em diferentes áreas para atender as necessidades das pessoas com deficiência, inclusive, nas escolas com equipes multidisciplinares para atendimento regular por meio presencial e eletrônico, com tradutores e adaptadores de conteúdo e linguagens para diversos tipos de deficiência, Programas de transcidadania para o atendimento das necessidades de formação educacional e profissional da população trans;

27] Manutenção e Ampliação da Renda Básica Municipal



Toda criança e adolescente tem direito a liberdade, com respeito à diversidade, acesso à saúde, a uma boa alimentação, a educação, ao lazer, à cultura, a ser feliz e poder projetar um futuro. Está previsto na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude.

28] Garantir o protagonismo dos adolescentes e jovens nas decisões das políticas públicas a fim de assegurar os direitos no orçamento municipal. Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, apoiar a participação das/dos adolescentes nesses espaços; Estruturar os serviços públicos ampliando os equipamentos sociais existentes e criar novos equipamentos sociais, principalmente nos bairros da periferia para atender as demandas das crianças e adolescentes, bem como da juventude; Criar e incentivar as escolas a desenvolverem programas e projetos que atraiam a criança e os jovens para o desenvolvimento de atividades lúdicas, artísticas, desportivas e culturais, nos finais de semana; Construir, Equipar e implementar uma política de creches para atender à toda a população com prioridade para os bairros novos e, ampliação das creches para as unidades existentes em todos os bairros; Construir novas unidades de saúde em bairros onde não existem equipamentos sociais e ampliar os já existentes; Destinar recursos para o desenvolvimento da cultura corporal e desportiva das crianças e jovens em seu ambiente de vida que são os próprios bairros e nas escolas onde estão matriculados;

29] Ampliar equipes multidisciplinares por meio de concurso



CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

público para atuar nas diversas áreas da educação, cultura, esporte e lazer, saúde, assistência social. Criar projeto de formação permanente para toda a rede de proteção da criança e do adolescente (técnicos, conselheiros tutelares e os próprios adolescentes). Garantir que a escola, os hospitais da rede, centros de referência, casas de acolhimento, distribuam uma alimentação saudável para todas e todos. Fomentar o protagonismo da criança e da juventude, sua participação direta na construção do currículo escolar, na apresentação de propostas para as escolas;

30] Combater a violência sexual contra crianças e adolescentes e ampliar a atenção à saúde mental de crianças e jovens para junto com outras políticas, protegê-los dos sintomas da depressão, transtornos diversos, bullying, e suicídio; Ampliar o Capes Infantil e construir mais dois Capes Infantis em regiões distintas na cidade com prioridade para atender a população das periferias do município;

31] Garantir o funcionamento efetivo da prestação de serviços de liberdade assistida de forma transversal para adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas; Implementar a política de contratação de jovens em cumprimento de medidas em meio aberto e, egressos do sistema de medidas socio educativas, colocando como condições para as empresas terceirizadas contratadas pela administração do município, a admissão dessas/es jovens para desenvolverem as atividades de trabalho de acordo com suas potencialidades. Assumir



50 PROPOSTAS PARA ARACAJU

CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

a efetivação da política de responsabilidade social. Garantir políticas de reinserção social que favoreçam o reestabelecimento do vínculo entre os jovens egressos do sistema de medidas socioeducativas, com a escola e, a comunidade; Criar um centro para fortalecer a Justiça Restaurativa buscando parcerias com as universidades, Conselho Municipal, entidades da sociedade civil e sistemas de justiça para solucionar conflitos entre vítimas e ofensores, substituindo o tratamento criminal e punitivo dado aos jovens e adolescentes quando cometem atos infracionais. Garantir no orçamento municipal maior quantidade de recursos para o fortalecimento da família, adolescentes e técnicos. Os recursos deverão ser destinados para fortalecer a estrutura e condições de trabalho dos técnicos como também, priorizar as condições de vida das famílias mais carentes como renda, alimentação saudável, moradia, lazer, dentre outros. Garantir recursos orçamentários para que as crianças, adolescentes e jovens sejam prioridades no acesso ao financiamento dos pequenos e jovens artistas e, na produção da cultura;



50 PROPOSTAS PARA ARACAJU

POR UMA CIDADE DAS MULHERES

A cidade de Aracaju não é construída com e para as mulheres que são maioria da população, muito menos para as mulheres pretas e periféricas. São necessárias estratégias de atendimento, de uma política que contemple de forma ampla os direitos à moradia, à renda, ao transporte como condição de uso dos serviços públicos de assistência, de saúde e do sistema de justiça.

34] Garantir recurso para formação permanente das equipes da Educação, Creas e Cras, Saúde, Segurança Pública com apoio dos conselhos de direitos e da participação popular sobre o desenvolvimento de políticas antirracistas, antissexistas, antilgbtfóbicas; Fomentar no âmbito da rede municipal de educação a inclusão no currículo escolar a Educação Sexual e não sexista, garantindo a participação efetiva das mulheres na discussão dos tempos e conteúdos da aprendizagem escolar; Aumentar o valor do repasse do co-financiamento da política de Assistência Social na área da proteção social especial com a finalidade de ampliar o número de Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e a oferta de serviços;

35] Incluir de forma articulada todas as mulheres nos programas de transferência de renda, como Bolsa Família, ou de cesta básica, de atendimento habitacional, de atendimento dos serviços de saúde (com destaque para os serviços de saúde mental), dos equipamentos da assistência voltados ao atendimento das crianças e adolescentes (como o Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência



–SPVV), já que todos seguem a marcha de seu desmantelamento. No chamado atendimento “na ponta”, especialmente nos bairros periféricos, o que existe é a precarização e terceirização dos serviços, cuja força de trabalho, diga-se, é feminina, sujeita aos mecanismos de máxima exploração e controle da reprodução social pelo capitalismo. Quando o autor da violência oferece risco iminente de morte e não é possível acionar uma rede familiar ou comunitária de apoio, a mulher necessita sair do território em que mora, junto com seus filhos, para que possa permanecer em segurança. Para isso, nos comprometemos a:

36] Ampliar o atendimento público de acolhimento para mulheres vítimas de violência, em situação de risco de vida e Implementar política do aluguel-social para as mulheres em situação de violência doméstica. Criar uma política para que sejam identificados os casos de violência, para além do 180, e, prontamente atendidos os casos emergenciais de violência por todos os trabalhadores da rede de serviços essenciais. Capacitação permanente nos serviços que possam ser “porta de entrada” para às jovens e mulheres, vítimas de violência – como postos de saúde, CRAS, escolas, delegacias de defesa da mulher ou delegacias comuns – agir de forma imediata na identificação do risco de morte e articular diretamente o abrigamento, evitando-se, assim, encaminhamentos que prolonguem a permanência da mulher junto com o agressor com dispensa da exigência de boletim de ocorrência para solicitação das medidas protetivas de urgência; Ampliar a concessão de cestas básicas pelo CREAS, auxílio-gás e auxílio-aluguel, para atender mulheres vítimas de



violência; Garantir uma Política de Saúde para as mulheres vítimas de violência por meio dos órgãos da assistência social, da saúde e direito a decidir sobre sua vida; Garantir política de saúde e assistência para tratar Garantir renda básica para mães solo, mulheres desempregadas, mães de crianças com deficiência e vítimas de violência doméstica;

37] Assegurar condições de segurança – materiais de higiene e EPI's – às trabalhadoras e trabalhadores de toda a rede de serviços que atendem as mulheres em situação de violência, Fortalecer e contratar por meio de concursos públicos profissionais para atuarem em Equipes multidisciplinares nos bairros para proteger às mulheres vítimas de violência ou que estejam ameaçadas; Garantir prioridade no atendimento à moradia em condições dignas para viver com sua família; Garantir acesso ao transporte público seguro, com aumento da frota e reserva de ônibus para mulheres; Desenvolver política de fomento e estímulo ao trabalho cooperativo de produção e geração de renda na própria comunidade; Criar políticas de geração de renda com estímulo financeiro para organizações coletivas/cooperativas de trabalho em todas as áreas: vestiário, calçados, alimentação, móveis, artesanato, nas artes e literatura; Estimular a organização de cadeia produtiva entre grupos de mulheres para fortalecer o turismo na cidade com oferta de diversos serviços; Priorizar o orçamento para a aquisição de produtos locais confeccionados por mulheres em compra de fardamento escolar, alimentação para a merenda escolar, hospitais, instituições de medidas socio educativas



50 PROPOSTAS PARA ARACAJU

POR UMA CIDADE DAS MULHERES

e segurança, dentre outros; Construir e equipar lavanderias públicas e restaurantes comunitários em bairros periféricos da cidade, com uso de tecnologias sociais na produção e processamento de alimentos; Garantir concursos públicos para a maternidade do Bairro 17 de Março e ampliar os serviços de atendimento à saúde da mulher e das suas crianças, principalmente, vítimas de violência, abusos e exploração sexual. Criar uma unidade de atendimento às famílias que possuem crianças e adultos com doenças raras formando equipes multidisciplinares para os diferentes tipos de atendimento; Fomentar a formação permanente das mulheres para ocuparem todos os espaços desejados por ela com condições de igualdade, fortalecendo também os conselhos de direitos e outras formas de organização social feminista.



SEGURANÇA PÚBLICA

38] É preciso defender uma concepção de segurança baseada na garantia de direitos e não na repressão que a cada dia se mostra mais fracassada, servindo apenas para criminalização dos mais pobres e da juventude negra; Estimular que mulheres (trans, negras e negros) se envolvam (ativamente na reflexão, elaboração e fiscalização popular) das tarefas de segurança comunitária; Construção de um plano de segurança pública municipal que parta de reflexões multidisciplinares, que envolva uma preparação com bastante diálogo com pesquisadores da área e que seja construído de forma participativa; Desenvolver um Programa Municipal de Mediação de Conflitos que mobilize equipe multidisciplinar; Política específica para os trabalhadores informais e a população de rua – sobretudo os menores e idosos – a partir da formação de um corpo técnico especializado que trabalhará em sintonia com os Conselhos Populares; Investir em uma política de atenção e redução de danos; Reforçar a Defesa Civil, através da elaboração (coletiva/democrática) de um plano de contingências (capaz de integrar medidas de prevenção e políticas públicas de assistência social); Potencializar uma atuação eficiente e democrática dos Conselhos Tutelares, em consonância com os parâmetros estabelecidos no ECA; Mapear principais fatores que contribuem para a taxa de homicídio ostentado pela capital, com vistas a construir uma grande campanha de redução do número de assassinatos; Recurso a ferramentas de geoprocessamento para mapeamento das áreas da cidade;

39] Desmilitarização da Guarda Municipal: Estruturar a



SEGURANÇA PÚBLICA

guarda municipal institucionalmente a partir de uma função civil, preventiva e comunitária de controle da conflitualidade e violência criminal; Incentivo à ampla integração dos profissionais da Guarda com demais profissionais civis - assistentes sociais, psicólogos, etc. - com vistas a fomentar formas diferentes de elaborar e lidar com contextos de conflitualidade. A Guarda municipal devem ser considerada uma corporação civil de funcionários públicos, cujos dirigentes devem ser eleitos pela tropa; Treinamento da GM para prevenir casos de violência doméstica; Estabelecimento de mecanismos regulares e rigorosos de avaliação das medidas implementadas nas áreas e controle externo da GM; Proibição da presença cotidiana da PM e da guarda municipal dentro das escolas municipais; Instalação imediata de câmeras nos uniformes da guarda municipal e fortalecer o orçamento para Patrulha Maria da Penha.



SAÚDE

Defendemos uma política municipal de saúde que priorize a prevenção e a promoção da saúde da população aracajuana. Não é possível resumir a saúde a atendimentos de urgência e emergência. Saneamento básico, alimentação saudável, condições de moradia e trabalho adequadas, tudo isso deve fazer parte da política de saúde. Segurança alimentar com oferta de cestas básicas e restaurantes populares, incentivo à alimentação saudável com hortas populares, garantia de cestas básicas conforme demanda da população em situação de vulnerabilidade social. A justiça reprodutiva também é urgente! Garantir justiça reprodutiva com acesso à educação sexual, aborto legal, seguro e gratuito, pelo SUS às pessoas que gestam vítimas de estupro! Criança não é mãe!

40] Não aceitar nenhum tipo de parceria público-privada (PPP) no âmbito da saúde! Fortalecer a saúde pública com a máxima prioridade!; Realização de concurso público para área da saúde, Valorização dos serviços administrados diretamente pelos municípios, combatendo a terceirização e quarteirização na saúde através de convênios com ONGs e OS; Retirada das formas de terceirização da gestão da Maternidade Pública “Lourdes Nogueira” e do Hospital Nestor Piva gerando economia de recursos e uma prestação de serviço de qualidade e humanizada! Reabertura imediata da urgência pediátrica do Hospital Nestor Piva e estabelecimento de Plano Municipal de Enfrentamento às doenças respiratórias em Pediatria, durante o período sazonal em Aracaju.



SAÚDE

41] Reformas e estruturação das Unidades Básicas de Saúde (UBS), com possibilidade oferta do atendimento estendido e aos finais de semana; Fortalecer programas de prevenção a Zika Vírus, Dengue, Chikungunya, Calazar. Manutenção de políticas públicas para fortalecimento de programas de educação em saúde nas comunidades, escolas e mídia; Fortalecimento e ampliação do Programa de Saúde da Família (PSF), para acompanhamento sistemático da saúde da população; Ampliação e valorização do número de agentes de saúde para atuação junto às comunidades; Atendimento odontológico curativo e preventivo, nas comunidades e escolas; Concursos públicos para médicos, enfermeiros, odontólogos, técnicos e demais profissionais que compõem a equipe multiprofissional, para atendimento nas unidades de saúde; fortalecendo assim o PSF e Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF) com garantia de ginecologista, obstetra, pediatra, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, nutricionista, profissional de Educação Física, entre outros; Estabelecer programas de atendimento a grupos específicos, como gestantes, crianças, deficientes físicos e pacientes portadores de doenças crônicas; estabelecer programa eficiente de saúde da mulher; Incentivar o preenchimento e coleta do quesito cor em todas as ações e programas de saúde; Ampliar os Programas de prevenção das doenças que mais afetam a população negra (Diabetes, Doenças Cardiovasculares, Doença Renal Crônica e Cânceres); Formação profissional dos trabalhadores da saúde para atendimento da população LGBTQIA+; serviços especializados em aborto legal nos hospitais municipais; Atividades físicas comunitárias em



SAÚDE

praças e espaços públicos dos bairros; Melhoria da rede de atendimento à saúde mental nos CAPS; Criação de rede de atendimento específico multidisciplinar para toxicômanos de forma separada dos quadros de doenças mentais;

42] Gestão democrática de hospitais e postos de saúde; Diálogo aberto com os profissionais da saúde com o objetivo de aumento salarial, plano de carreira, etc. Conselhos municipais de saúde, gestão e concurso público; Controle social e fiscalização da saúde. Toda a administração da saúde deve estar submetida a um rigoroso controle social através de um organismo de fiscalização formado por profissionais do setor e membros das comunidades que fique responsável por monitorar todos os gastos com compra de equipamentos, medicamentos e demais insumos. Transparência nas filas de espera para procedimentos especializados, como agendamentos de cirurgia, entre outros.

43] Instituir e incentivar programas e ações de reversão dos dados de mortalidade materna das mulheres negras; Propor redistribuição da renda dentro do Sistema Único de Saúde garantido melhorias nos Centro de Atenção Psicossocial; Propor a formação em saúde mental da população negra para profissionais em saúde e assistência social que atuam no CAPs; Propor Projeto de Lei que estabeleça a obrigatoriedade dos boletins epidemiológicos e os demais documentos oficiais do município apresentarem informações detalhadas sobre ocorrência e a evolução das doenças incluindo quesito raça/cor; Implementar políticas de Direitos Sexuais e Direitos



SAÚDE

Reprodutivos nas áreas da saúde, educação e da segurança, conscientizando sobre planejamento familiar e garantindo a livre orientação sexual, as identidades de gênero, a autonomia do corpo da mulher; Promover formações para as e os profissionais de saúde voltadas para as relações de gênero e sexualidade; Instituir Programa de atenção humanizada ao maconha legal, no âmbito do município por meio da rede de assistência obstétrica do município que preze pelo acolhimento, orientação e atendimento clínico adequado, segundo referenciais éticos, legais e bioéticos, prezando pela saúde da mulher;



EDUCAÇÃO

44] Defendemos uma educação pública, gratuita, de qualidade que possa unificar em uma proposta tanto a formação intelectual, quanto às atividades físicas e relacionadas ao trabalho fazendo um contraponto a educação formalista de objetivo único para o mercado de trabalho e a reprodução de valores de competição, em detrimento da cooperação e solidariedade; Elaboração de estratégias concretas para cumprir e ir além das metas dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação; Mais financiamento público! Ampliação da vagas em escolas e creches no município, conforme demanda do Cadastro Reserva; Defendemos o investimento na infraestrutura escolar, para melhoria das condições de trabalho e estudo, com ampliação das escolas, laboratórios de informática e climatização das salas; Garantir progressivamente o equipamento das salas de aula de modo que as crianças e jovens tenham uma estrutura didático-pedagógica completa e com respeito às diferenças; Garantir salas preparadas para atendimento às pessoas com deficiência e condições de trabalho dignas para os profissionais, acabando com a precarização das contratações temporárias; Garantir o não fechamento de salas de aula e de escolas; A ampliação do quadro de funcionários de apoio. Psicólogos, assistentes sociais e professores de informática precisam ser contratados, na medida em que a escola necessita converter-se num espaço cada vez mais seguro de acolhimento para nossas crianças e adolescentes.

45] Implementar progressivamente escolas públicas de tempo integral; Implementação de projetos de “espaços corujas”



EDUCAÇÃO

com horários noturnos de atendimento das creches públicas para mães que trabalham e estudam em jornadas noturnas; Creches - por meio dos Conselhos de Mulheres e de Crianças, levantar deficiências do sistema de creches e executar políticas em cima dessas deficiências. Garantir a transparência e a melhoria da qualidade da merenda escolar para a rede a partir da aquisição de alimentos da agricultura familiar e extrativista, de preferência agroecológicos; Criar um centro de formação para os profissionais da educação para elevar a qualidade dos serviços em todos os níveis; Incentivar o desenvolvimento de pesquisa na educação básica por parte dos docentes da rede; Valorização salarial dos educadores e trabalhadores das escolas municipais; valorização dos profissionais da educação com o cumprimento da lei do piso salarial dos docentes e garantia do Plano de Carreira para todos os servidores da educação; Ampliação do quadro pedagógico: efetivação dos professores formados via concurso público; Ampliação do quadro de servidores da educação (merendeiras, porteiros, etc.); pelo fim da política de contratação temporária do funcionalismo público da educação; Qualificação política e científica para a formação continuada dos professores da rede municipal; A melhoria imediata e duradoura do sistema educacional depende de participação efetiva da comunidade e da garantia da permanência das crianças na escola. A escola deve ser um espaço aberto não só para seus alunos, mas também para toda a comunidade. Avaliação da gestão escolar (Gestão Democrática), desde a sua implementação, junto aos setores que a compõe.

46] Discussão ampla com os docentes sobre as diretrizes



EDUCAÇÃO

curriculares do ensino básico; Desenvolvimento de ações com uma nova organização do trabalho pedagógico nas escolas que qualifiquem a educação no ensino fundamental de modo a erradicar a defasagem idade-série e a desistência; Garantir uma educação inicial de qualidade, abolindo pacotes pedagógicos como estratégias de melhoria do ensino; Educação sexual e de gênero nas escolas; Programa de implementação da lei n. 10639 (ensino de História e Cultura Afro-Brasileira) nas escolas; ponte entre as escolas e a assistência para atendimento de estudantes LGBTI+ expulsos de casa; Fortalecer a formação e atualização da equipe de trabalhadores de educação nas leis 10.639 e 11.645, com a compra de material didático da temática; Estimular nas escolas as brincadeiras com parlendas, trava-línguas, cantigas de roda, política de cultura em todos os gêneros literários, musicais, cinematográficos, etc; Implantação de aulas de música, artes e esportes em todas as escolas municipais; Aperfeiçoar e desenvolver currículo adaptado para todas as deficiências, disponibilizar plataforma digital para educandos e professores; Incentivar a regulamentação da profissão de contadoras(es) de histórias como reconhecimento da tradição oral como forma de preservação e valorização da história e cultura negras e tradicionais nas escolas públicas em todos os níveis de ensino.

47] Somos a favor de mais tecnologias no ambiente escolar, mas essa política de “lousas digitais”, distribuição de computadores para os/as estudantes deve vir acompanhado de mais investimentos na estrutura da escola pública, que funcionam em prédios antigos ou alugados, na valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação e no diálogo com as famílias. O



EDUCAÇÃO

sistema de “reconhecimento facial” precede urgentemente de um debate mais aprofundado com a comunidade escolar e que seja regulamentado o seu uso e dos dados, antes da implementação; Incentivar a ampliação de cursinhos pré-vestibulares gratuitos com reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e com deficiência, com distribuição de bolsas para o incentivo ao estudo; Garantir uma educação de qualidade para crianças e jovens que estão submetidos às medidas sócio-educativas;



DEMOCRATIZAÇÃO DO ORÇAMENTO, DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

48] Aracaju tem previsão orçamentária de 4 Bilhões para 2025. É possível ter uma cidade de direitos. Para reorganizar as finanças do município é fundamental realizar uma Auditoria da Dívida Pública Municipal, suspender o pagamento dos juros e amortizações dos empréstimos realizados pelo poder público junto a organismos financeiros. Questionar a LRF como forma de garantir os devidos reajustes ao funcionalismo e reorganizar o orçamento com prioridade para os direitos sociais. Revisão das isenções e benefícios aos grandes grupos econômicos como forma de evitar a renúncia de receitas. Defendemos uma Lei de Responsabilidade Social, que subordine o orçamento das prefeituras às necessidades da classe trabalhadora, sobretudo aos bairros populares e às comunidades periféricas, onde vive a maioria população.

49] Uma das questões mais importantes de nossa proposta política é envolver as pessoas. Dialogar, ouvir e construir de forma coletiva. Uma gestão da cidade que priorize a classe trabalhadora não pode ser baseada apenas nos mecanismos formais da prefeitura, da câmara de vereadores e demais instituições estatais. É preciso garantir uma ampla participação popular tanto na definição de políticas públicas quanto nas decisões sobre orçamento, gestão, transparências, prestação de contas e fiscalização. Defendemos a construção de um congresso da Cidade! Todo o planejamento e controle social da prefeitura deve ser feito pelos trabalhadores, movimentos sociais e comunidades. O congresso da cidade decidirá as áreas prioritárias das verbas públicas municipais e a destinação



DEMOCRATIZAÇÃO DO ORÇAMENTO, DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

orçamentária, bem como os mecanismos de transparência, prestação de contas e fiscalização; Criação de mais mecanismos de transparência de gestão e fortalecimento dos já existentes, com foco na digitalização de dados, em obediência à lei 12.527/2011. Transparência sobre os trabalhos realizados pelos conselhos municipais e colaboração da população com esses conselhos na elaboração de estratégias de atuação, incentivando a participação popular; A experiência do PSOL no parlamento demonstra que precisamos avançar na democracia interna da câmara. Superar a demora dos projetos em avançar nas comissões, dificuldade de realização de tribunas livres, limites de audiências públicas e pronunciamentos. Defendemos uma mudança do regimento da câmara para que tenhamos mais participação popular.

50] Defendemos a criação de subprefeituras pelas zonas da cidade – zona de expansão, zona leste, oeste, etc. É uma forma de descentralizar a gestão e envolver lideranças comunitárias nas decisões do desenvolvimento da cidade. Os subprefeitos deverão ser eleitos diretamente pela população e revogáveis a qualquer momento. Junto a estes dirigentes regionais deverá ser eleito um conselho comunitário, também revogável a qualquer momento, que dividirá tarefas no que diz respeito à administração regional. Defendemos os conselhos comunitários/populares pelos bairros, que podem ser esse mecanismo de participação direta. Além dos conselhos de educação, saúde, meio ambiente, que já existem. Os conselhos populares são, na prática, o aprofundamento do



DEMOCRATIZAÇÃO DO ORÇAMENTO, DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

conselho popular municipal previsto no art. 52 da Lei Orgânica do Município de Aracaju:

Art. 52. O Conselho Municipal Popular é órgão de consulta e assessoramento do Prefeito e dele participam: I – o Vice-Prefeito;

II – o Presidente da Câmara de Vereadores;

III – os Líderes dos Partidos com representação na Câmara de Vereadores;

IV – representantes de Federações de Moradores;

V – representantes da Livre iniciativa;

VI – representantes da Universidade Federal de Sergipe;

VII – representantes de Central Sindical.

Parágrafo Único. A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho Municipal Popular.